


Valor, quarta, 09-11-05

Distribuição de renda, justiça e equidade

Colunista José Eli da Veiga

 Quando se admite a impossibilidade de reduzir o desenvolvimento ao aumento da renda per capita, é muito comum que imediatamente surja a idéia de que o problema fundamental, então, seria o da distribuição de renda. Isto é, que o desenvolvimento poderia ser facilmente concebido como combinação do crescimento com a distribuição de renda. Tomara fosse tão simples essa questão.

A primeira contribuição significativa sobre essa relação foi a do Prêmio Nobel Simon Kuznets (1901-1985). Em 1954, ele procurou mostrar que as evidências disponíveis faziam pensar que a desigualdade de renda tendia a aumentar na fase inicial da industrialização de um país, ocorrendo o inverso em fase posterior, quando esse país estivesse desenvolvido.

Nem é preciso dizer que foi essa a base científica daquela famosa parábola que insistia na prévia necessidade de crescimento do bolo para que depois pudesse ser repartido. Todavia, não foi essa a intenção de Kuznets quando lançou sua conjectura sobre uma hipotética tendência secular da distribuição de renda. Ao contrário, ele foi prudente quando discutiu as possíveis implicações de sua proposição básica, ressaltando inclusive que seria muito arriscado supor que todos os países percorreriam necessariamente o mesmo caminho para o desenvolvimento. Sua intenção foi a de formular a hipótese que as evidências disponíveis apontavam como a mais plausível.

Infelizmente, o problema estava justamente na precariedade das evidências disponíveis em 1954 sobre a evolução da distribuição de renda, mesmo no restrito grupo dos países industrializados. As únicas razoáveis bases de dados se referiam aos Estados Unidos e ao Reino Unido. Além delas, Kuznets dispunha de boas estatísticas sobre a Prússia e a Saxônia, mas elas não confirmavam as tendências americanas e britânicas, pois tinha havido reconcentração de renda na Alemanha no período posterior à Primeira Guerra Mundial. E para fazer a comparação com os países periféricos, só dispunha de bons dados para a Índia (1949-50), Ceilão (1950) e Porto Rico (1948).

Apesar de apoiada em base empírica tão modesta, a hipótese de Kuznets foi transmitida a várias gerações de economistas como se fosse uma lei tão séria como a da gravidade. Talvez devido a razões ideológicas, mas também porque quase todos os testes feitos para casos isolados pareciam confirmar a hipótese de Kuznets. A rigor, ela só foi realmente colocada em xeque 40 anos depois, quando o Banco Mundial terminou a montagem de uma base de dados envolvendo 108 economias nacionais durante quatro décadas. Essa base mostra a inexistência de um único padrão histórico de evolução da distribuição

de renda.

A partir daí, o velho consenso sobre a hipótese de Kuznets parece estar sendo substituído por outro: de que a estrutura da distribuição de renda é extremamente persistente, seja qual for o crescimento econômico. Isto é, que há muito pouco a ser feito no sentido de atenuar a concentração de renda, independente do que se possa fazer pelo crescimento. Desde a Segunda Guerra Mundial, o crescimento variou muito entre os países, ao passo que a distribuição de renda quase não mudou em termos comparativos.

O papel da renda deve ser avaliado num contexto de êxito e privações, e a pobreza vista como uma privação de capacidades básicas

Isto não quer dizer que tenha desaparecido a controvérsia sobre as possíveis vantagens ou desvantagens que poderiam ser proporcionadas ao próprio crescimento por uma melhor distribuição da riqueza e da renda. Há modelos que sugerem, por exemplo, que o crescimento impulsionado por um determinado setor da economia só pode ser durável se os benefícios do surto inicial forem distribuídos de maneira suficientemente homogênea para que permita a expansão e o aprofundamento dos mercados. Tanto mais favorável ao crescimento seria o perfil da demanda quanto menos desigual fosse a distribuição de renda.

Outros modelos sugerem que o crescimento será tanto menor quanto maior for a desigualdade de renda e de riqueza no país. Mas as evidências empíricas que poderiam confirmar tais conclusões ainda são muito insuficientes para que seja abalado o consenso sobre a enorme rigidez das estruturas de distribuição de renda herdadas do passado pré-moderno de crescimento.

O FMI promoveu dois importantes encontros sobre o tema (em 1995 e em 1998). A principal intenção desses dois eventos foi discutir a relação entre distribuição de renda e crescimento, com o objetivo de avaliar se, e como, ela poderia ser melhorada pelas políticas econômicas. Nobre preocupação foi subvertida pelo principal conferencista do segundo desses encontros: o Prêmio Nobel Amartya Sen.

Começou perguntando se a distribuição de renda seria mesmo tema central para as questões de justiça e equidade nos países em desenvolvimento. E ilustrou essa pergunta com uma comparação entre a China e a Índia. Em 1997, os 10% mais pobres da China recebiam apenas 2,2% da renda, enquanto na Índia sua parte era significativamente maior: 3,7%. No extremo oposto, na China, os 10% mais ricos recebiam 30,9% da renda, enquanto na Índia só lhes cabia 28,4%. Ou seja, haveria mais equidade na Índia do que na China, se avaliadas pela distribuição de renda. Todavia, quase metade a população adulta da Índia continuava analfabeta, enquanto na China não chegava a um quinto. Pior, entre as mulheres o analfabetismo atingia 62% na Índia e 27% na China.

É claro que a Índia tinha muito mais habitantes com educação superior, mas isso só realçava a maior desigualdade das oportunidades educacionais na Índia quando comparada à China. O contraste entre os dois países era ainda mais evidente na área da saúde. Sofriam de subnutrição 63% das crianças indianas de menos de cinco anos, contra 17% das chinesas. E a taxa de mortalidade infantil era exatamente o dobro na Índia: 68 por mil contra 34 na China.

Três lições talvez possam ser tiradas desse aparente paradoxo. Em primeiro lugar, o papel da renda - ainda que seja importantíssimo - deve ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação. Em segundo, a pobreza precisa ser vista como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda. E em terceiro, mas não menos importante, o prejuízo causado pela concentração da renda pode ser até mais grave como freio ao crescimento econômico do que como obstáculo à equidade.

José Eli da Veiga, professor titular do departamento de economia da FEA/USP e autor do livro "Desenvolvimento Sustentável - O desafio do século XXI", escreve mensalmente às terças e, excepcionalmente, nesta quarta. Página web:

<http://www.econ.fea.usp.br/zeeli>